

Samara Pataxó

POVOS INDÍGENAS E JUSTICIABILIDADE

A ADVOCACIA INDÍGENA COMO
ESTRATÉGIA PARA ALDEAR DIREITOS

Prefácio: Ministro Luiz Edson Fachin

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Pertencimento e trajetória de uma indígena advogada e pesquisadora	7
1.1 De onde eu vim define quem eu sou	7
1.2 A educação escolar indígena que me fez sonhar	13
1.3 A caminhada para o ensino superior e o meu despertar para o Direito	21
1.4 O curso de Direito e o propósito: aprender sobre as leis para ajudar o meu povo	26
1.5 O início da luta contra o “marco temporal” e a aprovação na OAB.....	34
1.6 Enfim, advogada!	41
1.7 De salvador para Brasília: a pós-graduação e suas conexões	43
Capítulo 2 – O movimento indígena e o seu protagonismo político	57
2.1 Surgimento, estruturação e organização do Movimento Indígena brasileiro	57
2.2 O canto, o maracá, a caneta e o papel: o protagonismo político indígena na Assembleia Nacional Constituinte ...	76

2.3 O movimento indígena no pós-1988 e a ascensão da advocacia indígena	95
2.4 Movimento indígena contemporâneo: o acampamento terra livre e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	109
Capítulo 3 – A justiciabilidade dos direitos indígenas: o judiciário como arena de disputa e atravessamentos para aldear direitos.....	119
3.1 A justiciabilidade dos direitos dos povos indígenas a partir da perspectiva do art. 232 da Constituição Federal de 1988	119
3.2 Aldear direitos: o papel da advocacia indígena enquanto intérpretes interculturais e atuações em rede	130
3.3 A atuação da advocacia indígena na jurisdição constitucional: ADPF 709 e RE 1.017.365	151
3.3.1 ADPF 709: a atuação da advocacia indígena para a proteção da vida e dos territórios indígenas em meio à crise sanitária de Covid-19	156
3.3.2 Recurso Extraordinário 1.017.365: a atuação da advocacia indígena contra o marco temporal	174
3.4 Desafios e perspectivas futuras para aldear o Judiciário ...	192
Considerações Finais.....	199
Referências.....	207